

OCUPAÇÃO BRITÂNICA DA ILHA DA TRINDADE

Episódio ocorrido entre janeiro ou fevereiro de 1895 e agosto de 1896. A disputa pela posse da ilha da Trindade, para o Brasil, foi um dos momentos mais difíceis de sua política externa no início do período republicano; para a Grã-Bretanha, foi mais uma contenda ligada à afirmação de seu poderio, decorrente de sua política externa imperialista, por conseguinte de caráter anexionista, com presença significativa no Atlântico; por fim, para Portugal, foi uma forma de se reaproximar do Brasil, após o rompimento de relações na época da Revolta da Armada (1894).

ANTECEDENTES

A ilha da Trindade distancia-se cerca de 1.140 quilômetros do Espírito Santo e localiza-se a 20°33' de latitude sul e a 29°21' de longitude oeste do meridiano de Greenwich, possuindo uma área em torno de 8,2 quilômetros quadrados. Sua superfície não é adequada para a agricultura devido à origem vulcânica, e o desembarque é difícil, em virtude da agitação permanente do mar. É considerado o ponto mais a leste do território brasileiro.

A ilha foi identificada no início do século XVI pelo navegador português João da Nova. Em 1700, o capitão Edmond Halley tomou posse dela para a Inglaterra, por julgá-la abandonada, o que não foi reconhecido por Portugal. Em 1724, o vice-rei do Brasil, Vasco César de Meneses, tentou sem êxito fortificá-la. Em 1781, a Inglaterra novamente a ocupou, ao estabelecer um entreposto com vistas a reforçar seu comércio com a América do Sul. No final de 1782, após reclamações de Portugal, a ilha foi desocupada. Imediatamente, o vice-rei do Brasil recebeu ordem de enviar uma expedição com o objetivo de confirmar a soberania lusa sobre a ilha. Quando do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, por meio do Tratado do Rio de Janeiro, em agosto de 1825, a soberania sobre a ilha passou para o Brasil, por pertencer esta naquele momento à província do Espírito Santo, vinculada, por sua vez, à capitania-mor do Rio de Janeiro.

No final do século XIX, às vésperas da nova ocupação, a Grã-Bretanha destacava-se como potência de primeira ordem do sistema internacional. Embora do ponto de vista industrial já tivesse sido superada pelos Estados Unidos e pela Alemanha, continuava a ser o centro financeiro e comercial e o maior império colonial do planeta. Amparada por uma marinha sem rivais na arena global, desfrutava das condições necessárias para a preservação de suas rotas, bem como de seus territórios de ultramar. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a Grã-Bretanha foi o país-chave da chamada fase imperialista na política contemporânea, caracterizada basicamente pela necessidade de expansão externa das grandes potências, concretizada graças à aliança entre o interesse do Estado e o de grandes grupos empresariais. Estabeleceu-se então uma corrida com o objetivo de garantir o acesso a minas de carvão, água potável, víveres, reparos navais, abastecimento – caso das Bermudas e Aden –, bases militares – caso de Gibraltar e Malta – e pontos de comunicação, situados de preferência nas principais rotas coloniais. Confirmou-se dessa forma um sistema político-econômico de fato mundial, fruto de uma interdependência crescente nas áreas financeira, industrial, social, de migração, de comunicações, de idéias e outras.

Na época da disputa entre Brasil e Grã-Bretanha pela posse da ilha da Trindade, o primeiro-ministro britânico era Robert Gascoyne-Cecil, terceiro marquês de Salisbury, cuja política externa foi marcada pela ocupação de inúmeros territórios, com o fito de neles impedir a ação de potências rivais. O ponto de atrito entre Brasil e Grã-Bretanha decorreria de uma questão estratégica para a expansão neocolonial: a necessidade de apoio naval para manter a segurança dos canais de comunicação. As redes de comunicação cresciam a olhos vistos, sendo a maioria das companhias de capital britânico. A rede telegráfica de sinais Morse, por exemplo, passou entre 1858 e 1900 de 160 mil para seis milhões de quilômetros. Assim, os cabos submarinos tornavam-se cada vez mais comuns entre os continentes. Até 1874, ano em que a agência telegráfica Reuter-Havas se instalou no Rio de Janeiro, o Brasil recebia as notícias do exterior por meio de cartas.

A República instalada em novembro de 1889 teve no federalismo e no presidencialismo seus pilares políticos, e na grande propriedade, com sua produção voltada para a

exportação, seu pilar econômico. Isso permitiu que os estados de São Paulo e Minas Gerais se tornassem a base político-econômica do novo regime, principalmente a partir do governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Além da dificuldade de consolidar internamente o novo regime, em razão de questões políticas, como as tentativas de interferência dos militares, e econômicas, como a inflação, Prudente de Moraes deparou-se com uma série de problemas na política externa, tais como uma questão de limites com a Argentina, a presença do Bolivian Syndicate no Acre e, por fim, a ocupação britânica da ilha da Trindade. Não se poderia imaginar que uma pequena ilha, semiabandonada e aparentemente sem valor, causasse tanto rebuliço. De certa forma, a presença britânica na ilha feriu de maneira simbólica o projeto da República.

A DISPUTA

O Brasil tomou ciência da ocupação da ilha da Trindade em julho de 1895, por meio de um jornal destinado à comunidade britânica no Rio de Janeiro. De acordo com o periódico, no início daquele ano o cruzador *Barracouta* havia fincado a bandeira britânica na ilha com uma proclamação da rainha Vitória. No dia 20 de julho, o ministro plenipotenciário do Brasil na Grã-Bretanha, Artur de Sousa Correia, após ter sido comunicado do fato pelo Ministério das Relações Exteriores, confirmaria a ocupação com o Foreign Office. Segundo ele, a ocupação britânica teria ocorrido em janeiro de 1895 sob a alegação de que o território seria inglês desde 1700, quando da chegada de Halley. Em 1781 a Grã-Bretanha teria fundado uma colônia, abandonada em 1789. Mesmo assim, a marinha inglesa teria continuado a visitar regularmente a ilha, sem registrar a princípio protesto algum, fosse de Portugal, fosse posteriormente do Brasil. Prova disso seria a ausência de indício de ocupação por outra nação. A justificativa para a ocupação fora a necessidade de estabelecer uma estação telegráfica que conectaria Londres a Buenos Aires, sem a intermediação do Brasil. O responsável pela operação do sistema seria uma empresa privada.

Em contato com a representação britânica no Rio de Janeiro, o Ministério das Relações

Exteriores obteve do plenipotenciário a confirmação da ocupação, apenas com uma diferença de data: fevereiro de 1895. Sem mencionar os objetivos de comunicação, este informou ao Brasil que a ilha se destinaria a um presídio. Na ocasião, o ministro Carlos de Carvalho apresentou um resumo, extraído de farta documentação, dos direitos irrestritos de Portugal e depois do Brasil. O fato de não ocupar o território não significaria seu abandono. Assim, na visão do ministro, a Grã-Bretanha havia cometido um equívoco, de fácil reparação. Ademais, nos próprios atlas britânicos, a ilha era identificada como brasileira.

Em Londres, o primeiro-ministro marquês de Salisbury informou a Sousa Correia que estaria disposto a examinar os motivos do Brasil para a contestação da posse. Acrescentou, porém, que a questão deveria ser submetida ao Conselho de Ministros. Dias depois, Sousa Correia informou em ofício ao Rio de Janeiro que o mentor da ocupação fora sir John Pender, representante de várias empresas de cabos submarinos. Na visão de Pender, segundo Correia, havia a possibilidade de que o Brasil encampasse algumas daquelas empresas, com prejuízos para seus acionistas. Assim, com o intuito de reduzir a dependência em relação ao Brasil, ele esboçara o projeto de ligar Londres diretamente a Buenos Aires. Para a execução do projeto, contaria com o auxílio financeiro do governo argentino. Contudo, diante do impacto negativo da ocupação no Brasil, a suposta subvenção teria sido retirada. Além do mais, era necessário viabilizar um canal alternativo ao Brasil, dado que na época da Revolta da Armada houve corte de comunicação, o que de maneira involuntária afetou toda a troca de informações entre a América do Sul e a Grã-Bretanha.

Diante do impasse, Sousa Correia comunicou-se com o ministro Carvalho na primeira semana de setembro, perguntando-lhe se seria possível sugerir uma arbitragem para a questão. A resposta seria negativa. Em novembro, Sousa Correia afirmou a Carvalho que o primeiro-ministro Salisbury lhe havia dito não ser possível aceitar a argumentação do Brasil, de maneira que propusera a arbitragem. Ainda que reconhecesse a legitimidade da invocação do Brasil, Salisbury havia-lhe dito que não poderia resolver diretamente o assunto com o Brasil, pois isso significaria uma rejeição pública de ato de seu predecessor,

o que poderia acarretar dificuldades no parlamento para a aceitação da abertura de negociação.

Diante disso, o ministro Carvalho solicitou ao plenipotenciário em Washington, Salvador de Mendonça, que verificasse a posição do governo dos Estados Unidos em relação ao instituto da arbitragem. O titular do Departamento de Estado, Richard Olney, respondeu a Mendonça que os Estados Unidos eram a favor, por firmar princípio. Assim, a Casa Branca gostaria que a Grã-Bretanha aceitasse a arbitragem para todas as suas pendências na América do Sul: uma com a Venezuela e duas com o Brasil – Trindade e limites com a Guiana Inglesa. Em dezembro, a Grã-Bretanha oficializou a proposta de que o caso fosse submetido a arbitragem. Mesmo com o posicionamento favorável dos Estados Unidos, o Brasil recusou-se a aceitar essa forma de encaminhamento, por entender que não cabia contestação formal à posse de uma ilha que era sua. Em janeiro de 1896, o Brasil respondeu negativamente.

Em março de 1896, Salisbury informou a Correia que seria possível aceitar uma mediação, mas caberia ao Brasil, por ter rejeitado a arbitragem, apresentar nova proposta. Em abril, o plenipotenciário brasileiro tentou convencer a chancelaria de que a arbitragem seria a melhor forma, visto que a Grã-Bretanha não restituiria a ilha simplesmente. Seria a oportunidade de recuperar definitivamente o território. Lembrava ainda que relativamente às ilhas Malvinas, Londres nunca havia proposto nem arbitramento, nem mediação. Seria a forma de a Grã-Bretanha encerrar o caso, sem desmoralizar-se.

Em maio, Portugal ofereceu reservadamente a mediação, por bons ofícios, aos dois países simultaneamente. Foi uma retribuição à Grã-Bretanha pela mediação desta entre Brasil e Portugal, no ano anterior, para o reatamento diplomático – as relações haviam sido interrompidas em função da Revolta da Armada, devido à concessão por Portugal de asilo aos insurgentes, que posteriormente fugiriam para o Uruguai, onde as corvetas lusas pararam para se reabastecer. Ambos os países aceitaram a proposta de mediação de Portugal.

Em julho, Correia informou que a Grã-Bretanha verificara a inutilidade da ilha da Trindade

para a pretendida estação, após pesquisas geológicas efetuadas depois da ocupação. Deste modo, justificava-se a inclinação britânica a solucionar a questão. Além do mais, naquele mesmo mês de julho, Pender havia falecido, o que corroborou a postura favorável à devolução da ilha. No final de julho, Portugal anunciou seu posicionamento, que seria, como se aguardava, favorável ao Brasil.

Em 5 de agosto, foi expedida a nota oficial de Portugal ao Brasil pela qual foi oficializado o reconhecimento da soberania brasileira sobre a ilha pela Grã-Bretanha. O mediador fora o ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Soveral, que desfrutava de prestígio junto ao governo britânico por ter servido como diplomata na Grã-Bretanha. No seu entender, com a questão da ilha da Trindade, dissipava-se definitivamente também o arrufo entre Brasil e Portugal por causa da Revolta da Armada. Ainda no mesmo mês, o primeiro-ministro Salisbury determinou ao Almirantado que removesse da Trindade a bandeira de seu país. Curiosamente, a mesma embarcação militar que lá deixara marcos britânicos os retiraria.

No dia 24 de janeiro de 1897, o Ministério da Marinha determinou a colocação de uma haste de bronze com a marca “Brasil”, com cerca de três metros, tendo na parte superior a seguinte inscrição: “Este marco foi colocado pelo cruzador *Benjamin Constant* sob o comando do capitão de fragata Rodrigues Torres em viagem de instrução da turma G.G. M.M. de 1896 – janeiro de 1897”.

A divergência entre Brasil e Grã-Bretanha sobre a posse da ilha da Trindade contribuiu para a unidade do governo republicano, haja vista que um fracasso de porte na execução da política externa poderia insuflar politicamente militares nacionalistas ou mesmo monarquistas. A questão da Trindade proporcionou aos partidários da República a involuntária oportunidade de demonstrar que o novo regime tinha a mesma vitalidade da monarquia na defesa do interesse nacional. Possibilitou ainda que situação e oposição se aproximassem em defesa da soberania.

Virgílio Arraes

FONTES: ARQ. HIST. ITAMARATY. Ofícios da legação de Londres (jul. 1895-
set. 1896); ARRAES, V. *República* (v.2, n.1); BUENO, C. *República*;
HOBSBAWM, E. *Era*; LYRA, H. *Diplomacia*; MAGDOFF, H. *Imperialismo*;
OCTÁVIO, R. *Minhas*; PEIXOTO, E. *Publicações; Restituição*; RODRIGUES, J.
Interesse; SOUZA, M. *Processo*; TONELLI, N. *Dimensão* (v.1, n.2).